

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes  
**1º Fórum Integrador**  
**Belém, 9 de agosto de 2016**

**Roda Temática Planejamento Territorial e Monitoramento do  
Desenvolvimento; Ordenamento Territorial e Biodiversidade**

**Facilitação: Marcos Dal Fabbro (FGV) e Paulo Moutinho (IPAM)**

O debate sobre Planejamento Territorial e Monitoramento do Desenvolvimento, concomitante ao de Ordenamento Territorial e Biodiversidade, despertou nos participantes da roda temática uma questão central: por que no cenário dos grandes empreendimentos na Amazônia o planejamento e ordenamento territoriais são tão pouco praticados, se há inúmeras evidências sobre a importância dessas ações, e se há instrumentos para tanto? Tais processos deveriam orientar decisões, auxiliando o território na sua preparação, de forma antecipada, ou mesmo eliminando iniciativas que se mostrem inviáveis.

A pergunta traz à tona **a capacidade de planejamento de governos e da sociedade em torno de uma pauta comum**, que concatene interesses diversos em prol do desenvolvimento de determinado território. Há que se exercer uma **função estratégica de mediação, com respostas às demandas nacionais por energia, logística, ou quaisquer outras que impactem uma região, justapostos aos interesses locais**, legitimamente representados pelas instituições e lideranças que atuam no território. Essa parece ser a formulação ideal na perspectiva dos participantes da roda temática, que se alinham às principais reflexões trazidas pelo Grupo de Trabalho sobre o tema.

Na discussão entre os participantes, o ideal é constituir planejamento de longo prazo, em que as **potencialidades do território sejam mapeadas tanto quanto as fragilidades**, considerando-se, portanto, limitações – ambientais, políticas, técnicas e administrativas – mas também as oportunidades decorrentes do conjunto de ações planejadas. Não se pode perder de vista também **o efeito sinérgico dessas intervenções, seja ele benéfico ou danoso, na tomada de**

**decisões para o planejamento adequado.** Essa mesma capacidade de planejamento deve pautar as necessidades de **fortalecimento institucional, de antecipação de investimentos, de infraestrutura social ou de destinação de terras e regularização fundiária**, por exemplo.

No contexto de uma visão estratégica, capaz de acionar uma agenda de desenvolvimento, **é necessário diferenciar consulta de participação**, ou mesmo, conforme mencionado por um dos participantes da roda temática, **distinguir “território palco” de “território protagonista”**, cuja medida é a intensidade e a qualidade da participação social na construção dos rumos de determinada região.

Assim, é unânime a defesa em torno da **governança desses processos**, identificadas as distintas agendas em curso. Planos públicos setoriais, plurianuais e investimentos privados pouco se alinham estrategicamente. A eles vêm se somar a própria orientação de futuro construída no território, algo gradual, que permanentemente inclua novas instituições e setores, que atualize a sociedade sobre respostas e possibilidades, cujos esteios são a informação e a paulatina formação de capacidades, em especial as locais, o que fortalece o planejamento territorial.

São exemplos de instrumentos e procedimentos que atuem na perspectiva do ordenamento e do planejamento territorial o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), as políticas de desenvolvimento regional, entre outras formas de olhar-se para territórios a partir de seus limites e potencialidades, de forma integrada às estratégias nacionais.

### **Licenciamento ambiental, crescimento econômico e desenvolvimento**

O planejamento e o ordenamento territoriais, uma vez acionados pela agenda de grandes obras, devem estar refletidos no licenciamento ambiental? Se sim, em

que medida? A relação entre licenciamento e planejamento de longo prazo para a região é um dos debates necessários de se aprofundar.

Desse debate surgem outras questões, como a própria capacidade do Estado em realizar planejamento ou mesmo a disposição política para tanto, uma vez que a agenda de crescimento econômico pode se sobrepor ao desenvolvimento sustentável. No limite, de que forma a trajetória de um território, no rumo daquilo que é projetado pelas instituições que dele participam, incorpora o crescimento econômico em prol do seu desenvolvimento?

Planejar e ordenar o território impacta inclusive a própria viabilidade de determinados projetos, tais como de infraestrutura energética e de logística, como portos e hidrelétricas, na medida em que criam condições para manter a capacidade hídrica de determinada bacia hidrográfica. Assim, a demanda por planejamento estratégico também é crucial para os empreendedores, demanda esta muito mais ampliada que as limitadas à mitigação e compensação dos impactos de tais obras.

### **Sobre a iniciativa**

*O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 90 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.*

*O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Ordenamento Territorial e Biodiversidade; e Supressão Vegetal Autorizada.*

*Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos é debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações e ferramentas práticas. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais e das políticas públicas, bem como fortalecer o debate pela sociedade civil.*